



INFLUÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA MARINGÁ SER ELEITA A MELHOR GRANDE CIDADE PARA SE VIVER EM 2017, 2018 e 2020: Um Estudo de Caso.

MUNICIPAL PUBLIC ADMINISTRATION INFLUENCE TO MARINGÁ TO BE ABLE TO ELECTED THE GREATEST CITY TO LIVE IN 2017, 2018 AND 2020: A Case Study.

ÁREA TEMÁTICA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Augusto Cesare de Campos Soares, Universidade Estadual de Maringá, Brasil, accsoares@uem.br

Sabrina Soares Pereira, Universidade Estadual de Maringá, Brasil, ra105020@uem.br

Resumo

O objetivo deste artigo é identificar como a administração pública municipal atuou para que Maringá fosse eleita como “Melhor Grande Cidade para se Viver” no ano de 2017, 2018 e 2021 pela consultoria Macroplan, a qual tem como objetivo fazer a gestão de áreas como, educação, saúde, cultura e segurança. Metodologicamente optou-se por uma pesquisa qualitativa e quantitativa, do tipo descritiva, envolvendo a realização de uma entrevista semiestruturada com o prefeito da cidade de Maringá, do ano de 2022, aplicou-se também um questionário com a população de Maringá realizada pelo *google forms*. Na coleta de dados secundários, utilizou-se o relatório básico “Preferências e Consumos” desenvolvido pelo DataMarket e DEPEA no ano de 2021. Como principais resultados observou-se que a cidade de Maringá é considerada realmente como uma boa cidade para se viver, entretanto foram destacados alguns pontos onde são necessárias melhorias. Espera-se que o estudo em questão contribua para a Administração Pública de cidades que se encontram em cenários conturbados, visando a disseminação de conhecimento para uma gestão eficiente.

Palavras-chave: Administração Pública; Gestão Pública; População; Maringá.

Abstract

The present article aims to identify how the municipal public administration acted so that Maringá was voted the Best Big City to Live in 2017, 2018 and 2021 by the consultancy Macroplan, which has as objective to manage areas such as education, health, culture and safety. Methodologically, a qualitative and quantitative research was chosen, of descriptive nature, involving a semi-structured interview with the mayor of the city of Maringá, for the year 2022. The collection of secondary data involved applying a questionnaire to the population of Maringá, in addition to using the basic report "Preferences and Consumption" developed by DataMarket and DEPEA in the year 2021. As main results it was observed that the city of Maringá is really considered a good city to live in, however some points were highlighted where improvements are needed. It is expected that the study in question will contribute to the Public Administration of cities that are in troubled scenarios, aiming to disseminate knowledge for an efficient management.

Keywords: Public Administration; Public Management; Population; Maringá.

1 INTRODUÇÃO

Com a crise econômica que o país tem vivido e com as constantes notícias sobre municípios economicamente falidos, esse estudo tem a finalidade de identificar como a administração pública municipal atuou para que Maringá fosse eleita como “Melhor grande

cidade para se viver” no ano de 2017, 2018 e 2021 pela consultoria Macroplan. A Macroplan é uma empresa brasileira de consultoria em cenários prospectivos, que atua com administração estratégica e gestão orientada para resultados, a qual publicou seus resultados em sua rede. Para Bobbio, Matteuci e Pasquino (2009) a administração pública tem o papel de designar atividades que são diretamente ligadas ao interesse público ou comum, em uma organização estatal ou em coletividade.

No estudo realizado pela Macroplan, entre os anos de 2005 até 2021, foram analisadas quatro áreas: educação e cultura, saneamento e sustentabilidade, saúde e segurança. A partir da literatura, da entrevista com o atual prefeito do município de Maringá, Ulisses de Jesus Maia Kotsifas e do questionário aplicado com a população maringaense, além dos dados relativos ao Relatório Básico Preferências e Consumos, espera-se que esta pesquisa contribua para que as Administrações de outros municípios consigam projetar novas estratégia de gestão visando o desenvolvimento e qualidade de vida para a população.

Além de identificar as ações já realizadas para alcançar o primeiro lugar como “Melhor grande cidade para se viver”, esse estudo também apresentou quais são as ações que a atual gestão tem implantado e ainda pretende implantar para ter melhores índices dentro das quatro áreas analisadas, referente a gestão pública. Para Matias-Pereira (2012) um estado inteligente é aquele que sabe distinguir funções essenciais, acessórias e inúteis. O autor destaca que as funções essenciais cabem ao Estado, as acessórias podem ser exercidas por outra entidade com supervisão do Estado e as inúteis que não fazem sentido e não possuem razão para ser executadas. Para tornar o estudo mais aprofundado, também foi realizada uma pesquisa com a população, para verificar a opinião dos munícipes sobre as principais áreas apresentadas no estudo, mediante a atuação da atual gestão municipal.

Com a crise econômica que o país tem vivido devido à pandemia e com as constantes notícias sobre municípios economicamente falidos – mais de 1,8 mil prefeituras brasileiras não se sustentam financeiramente – esta pesquisa tem finalidade de identificar como Maringá conseguiu se destacar no quesito geração de empregos mesmo com a pandemia do Covid-19 e como a administração pública do município atuou para que Maringá fosse eleita como melhor grande cidade para se viver no ano de 2017, 2018 e 2021 pela consultoria Macroplan, em relação a geração de empregos, (ANDRADE *et al.*, 2010) o planejamento é indispensável para conseguir a destinação correta e responsável dos recursos públicos.

O objetivo geral da pesquisa é compreender como a administração pública municipal influenciou para Maringá alcançar o primeiro lugar como “Melhor grande cidade para se viver” em 2017, 2018 e 2021, segundo a consultoria Macroplan. Os objetivos específicos buscam: a) Identificar as ações realizadas pela administração pública municipal de Maringá para alcançar esse resultado; b) Identificar como Maringá conseguiu se destacar como uma das cidades com mais geração de emprego durante a pandemia do Covid-19; c) Avaliar qual o nível de satisfação da população municipal de Maringá a respeito dos principais quesitos apontados pela Consultoria Macroplan.

Para atingir o objetivo proposto, além desta introdução, a segunda seção aborda a teoria que auxilia a realização do presente estudo, com a apresentação dos conceitos relativos à Administração Pública Municipal, bem como aspectos teóricos envolvendo as principais áreas de atuação da prefeitura, como, educação e cultura, saneamento e sustentabilidade, saúde e segurança. A terceira seção apresenta a metodologia, em que é apresentada a natureza, tipo e abordagem da pesquisa, além de especificar os métodos utilizados para a coleta de dados. A quarta seção se dedica à análise e apresentação dos dados obtidos. Por fim, a quinta seção apresenta as conclusões e limitações do trabalho, seguido das referências utilizadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Com o intuito de compreender o que levou Maringá a ser eleita como “Melhor grande cidade para se viver” nos anos de 2017, 2018 e 2021, e qual o papel da atual gestão nesse quesito, para embasar esta pesquisa, é necessário explorar as teorias que permeiam essa temática. Para isso, nesta seção, serão apresentados os conceitos de Administração Pública, as principais áreas de atuação da Gestão Municipal e como essas áreas foram avaliadas pela revista *Macroplan*.

2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Administração Pública é um conjunto de agentes, serviços e órgãos instituídos pelo Estado, tendo como objetivo fazer a gestão de áreas como, educação e cultura, saneamento e sustentabilidade, saúde e segurança. O objetivo da Administração Pública é trabalhar em favor dos interesses e direitos do povo. Nesse sentido, Paludo (2012) explica que:

A Administração compreende todo o aparato existente (estrutura e recursos; órgãos e agentes; serviços e atividades) à disposição dos governos para a realização de seus objetivos políticos e do objetivo maior e primordial do Estado: a promoção do bem comum da coletividade (PALUDO, 2012, p. 21).

Em uma linha semelhante, Bobbio, Matteucci e Pasquino (2009) corroboram com o autor afirmando que em um sentido mais abrangente, a expressão Administração pública designa o conjunto das atividades diretamente destinadas à execução concreta de tarefas ou incumbências consideradas de interesse público ou comum, numa coletividade ou numa organização estatal.

A Administração Pública também é, segundo Waldo (1971, p. 6), “a arte e a ciência da gerência aplicadas aos negócios de Estado”. Dialogando com Waldo, mas expondo o termo Administração Pública de uma forma mais técnica Meirelles afirma que:

Em sentido formal, é o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do Governo; em sentido material, é o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral; em acepção operacional, é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em benefícios da coletividade. Numa visão global, a Administração é, pois, todo o aparelhamento do Estado preordenado à realização de serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas (MEIRELLES, 2011, p. 65-66).

Relacionando Administração com Estado, Meirelles (2011, p. 66) assegura que “a Administração é o instrumento de que dispõe o Estado para pôr em prática as opções políticas do Governo”, ainda relacionando ambos os termos, Matias-Pereira (2012, p. 118) afirma “é sabido que a organização é o ponto de partida para o sucesso da Administração Pública. Nesse esforço de se organizar está implícita a necessidade de definir com clareza a dimensão, o papel e as funções do Estado”. Em tempo, o autor complementa dizendo que, um Estado inteligente é aquele que consegue distinguir quais são as funções essenciais que somente o Estado executa, daquelas que podem ser exercidas por outras entidades, com supervisão do Estado, e aquelas que são tem razão para serem executadas.

2.2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Gonçalves *et al.* (2009, p. 7) destaca que “o Município é importante propulsor da economia, visto que lhe cabe promover o desenvolvimento local e o fomento econômico, e, para isso, deve ter o princípio da eficiência como um de seus lemas”. De acordo com Veloso *et al.* (2011, p. 11), “nas últimas três décadas, a gestão municipal vem tornando-se um tema central na formulação e na execução das políticas públicas brasileiras”. Em tempo, o autor complementa “o aumento do papel dos municípios iniciou-se com o processo de descentralização brasileiro, que teve por objetivo o fortalecimento financeiro e político dos

estados e principalmente, dos municípios em relação ao governo federal” (VELOSO *et al.*, 2011, p.13).

Com a descentralização e maior autonomia dos municípios, o governo municipal necessita de um planejamento eficiente. Segundo Andrade *et al.* (2010, p. 2) “o planejamento governamental é indispensável para permitir a aplicação correta e responsável dos recursos públicos” e complementa listando as ações referentes a estes recursos:

- Impede que as ações governamentais sejam definidas no decorrer da execução do orçamento, a varejo, no imediatismo, e que sejam realizadas a “toque de caixa”, considerando-se apenas os anseios pessoais;
- Garante que as ações governamentais sejam realizadas dentro da capacidade financeira do Município;
- Garante a manutenção e a conservação do patrimônio público;
- Previnem riscos e se corrigem desvios que sejam capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas;
- Transportam os anseios e as carências da população local para o papel, elegendo as prioridades;
- Executam as ações governamentais prioritárias, possibilitando a conclusão de todos os projetos iniciados;
- Compatibilizam os gastos com os recursos públicos e, por conseguinte, se conduzem o orçamento e as finanças na manutenção/alcance do tão almejado equilíbrio das contas públicas (ANDRADE *et al.*, 2010, p. 3).

Conforme disponibilizado no site da Prefeitura Municipal de Maringá (2021) e em sua rede social (*Instagram*), podemos verificar que foi realizado algumas melhorias nos estabelecimentos que são de gestão da prefeitura, como a reforma do restaurante popular, investimento em vale alimentação para os servidores públicos, teve também todas as contas aprovadas pelo TCU durante os anos que esteve à frente da gestão Municipal, entre outras ações relevantes.

Gonçalves et al (2009, p. 7) sustenta que o município em conjunto com o estado e a União devem atuar para “alcançar a responsabilidade com o bem público, atingir a eficiência preconizada na Constituição, o que, ao fim e ao cabo, significa servir ao público” e complementa “mas servir com proficiência, atendendo às necessidades e contribuindo para melhorar a qualidade de vida, em todos os sentidos – saúde, cultura, lazer, trabalho, educação, assistência social, transporte, etc” (GONÇALVES *et al.*, 2009, p. 7).

2.2.1 Principais áreas de atuação

Para alcançar uma melhor qualidade de vida, o município deve focar no desenvolvimento de diversas áreas, sendo este o responsável por administrá-las. Dentre as principais estão a educação e cultura, saneamento e sustentabilidade, saúde e segurança.

2.2.1.1 Saúde

Segundo Rezende e Goulart (1988, p. 408) “O Município deverá ter, na sociedade democrática que todos sonhamos, responsabilidades intransferíveis no que diz respeito aos direitos humanos fundamentais, entre eles a SAÚDE”. Em tempo, o autor complementa, “o governo municipal é a única esfera de poder capaz de garantir o direito à saúde, verificado não apenas no plano individual (liberdade de escolha) como no plano coletivo (qualidade de acesso)” (REZENDE; GOULART, 1988, p. 407).

Blume (2016) expõe que:

O Sistema Único de Saúde atribui responsabilidades a todos os níveis de governo. No caso dos municípios, existe a responsabilidade de cuidar dos **atendimentos básicos**, o que inclui a gestão dos postos de saúde. As prefeituras precisam também criar políticas de saúde próprias e colaborar com a aplicação das políticas nacionais e estaduais. Precisam aplicar recursos próprios, que devem somar pelo menos 15% de sua receita, e também recursos repassados pela União ou pelo Estado, que são

parceiros na oferta do atendimento municipal. Laboratórios e hemocentros também são controlados pelo município (BLUME, 2016, *grifo do autor*).

Os locais de atendimento da rede pública de saúde no município “podem existir em hospitais públicos, nas Unidades de Pronto Atendimento (UPA) –que devem funcionar 24 horas – e nas Unidades Básicas de Saúde (posto de saúde)” MERELES, 2016). Sobre o investimento público municipal em saúde a cartilha “O SUS no seu município garantindo a saúde para todos” (2009 p. 21) diz, fazendo referência a Emenda Constitucional nº 29/2000, que, o município tem a obrigação de realizar investimentos na área da saúde de no mínimo 15% do orçamento próprio desde 2014, sendo que o mesmo poderá sofrer algumas sanções se não aplicarem recursos abaixo desse mínimo, como ajustes compensatórios progressivos (ao longo de cinco anos), suspensão de repasses federais e ainda podem ser alvo de processo que as tornam inelegíveis.

2.2.1.2 Educação e Cultura

De acordo com Blume (2016) “a educação é uma das áreas mais essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade. No Brasil, o Estado tem a obrigação de oferecer educação formal para todas as crianças e adolescentes”. Em tempo, o autor também destaca que “o Estado brasileiro tem a forma de uma federação, ou seja, é composto de unidades federativas (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), as responsabilidades pelos mais diversos serviços públicos acabam sendo distribuídos entre essas unidades” (BLUME, 2016).

Conforme descrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (9.394/60), artigo 11, inciso V, é competência dos municípios:

oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino (LDB, 1960, p.11).

Com relação a cultura, Souza (2016) destaca que “a cultura é um importante meio de obtenção do conhecimento e mantém estreita relação com a educação. Por isso, ela é uma indispensável política pública e deve estar presente nos planos de governo dos candidatos”. Morin (2014) destaca que:

A função do ensino se baseia na transmissão, não do simples saber, mas de uma cultura que possibilite o entendimento acerca da nossa condição que nos auxilie a viver e seja, ao mesmo tempo, favorável a uma forma de pensar mais aberta e livre. (MORIN, 2014, p.11)

De acordo com Souza (2016) “o município é o principal ator no apoio à valorização da cultura local. Os municípios, assim como os governos federal e estadual, devem estruturar o seu próprio Plano Municipal de Cultura”.

2.2.1.4 Saneamento Sustentabilidade

De acordo com, Oliveira (2017), em seu sentido mais amplo, saneamento são as medidas adotadas sobre o meio ambiente, e tem como objetivo promover a saúde dos cidadãos, garantir sua qualidade de vida, e preservar os recursos naturais. No Portal Brasil, 2012, site pertencente ao governo federal, esse sentido é ampliado através da Lei 11.445 de 2007, onde destaca que, é de competência do município prestar diretamente ou por concessão a empresas privadas os seguintes serviços, saneamento básico, coleta, tratamento e disposição final de esgotos sanitários. A mesma também é responsável por elaborar os Planos Municipais de Saneamento Básico, que são estudos financeiros para a prestação de serviço, definição de tarifas e outros detalhes, e os municípios que não prepararem este plano não receberão recursos federais disponíveis para os projetos de água e esgoto.

Ainda sobre investimentos na área de Saneamento Básico, Oliveira (2017) complementa dizendo que “ao investir em projetos na área de saneamento ambiental, o governo reduz gastos posteriores com saúde”.

De acordo com o site da prefeitura de Maringá, a mesma investiu aproximadamente R\$50.000,00 milhões de reais na rede de esgoto no ano de 2021, onde a mesma atende praticamente 100% da população.

2.2.1.3 Segurança

Souza (2016) destacando o artigo 144 da Constituição Federal de 1988 exemplifica que “a segurança pública é dever do Estado brasileiro, direito e responsabilidade de todos”, e complementa, “ou seja, é uma responsabilidade compartilhada entre os governos federal, estadual e municipal. Ela é exercida para a proteção das pessoas e do patrimônio, bem como a preservação da ordem pública”. Ricardo e Caruso (2007, p. 115) ampliam o sentido ao destacar que “o papel dos municípios na segurança pública, ainda em construção, passa cada vez mais a ser delineado e incentivado. Desenvolver as políticas intersetoriais e focalizadas [...] contribui para prevenir a violência”

Em uma linha semelhante Blume (2016) destaca que:

A segurança pública propriamente dita não é de competência dos municípios (isso é atribuição dos estados). O município deve cuidar da segurança patrimonial, ou seja, da proteção de bens, serviços e instalações. Para isso, cria guardas municipais. É também de competência do município desenvolver ações de prevenção, como a instalação de iluminação e câmeras (BLUME, 2016).

Souza (2016) defende que o município deve atuar na prevenção da criminalidade e para isso os governos podem fazer mais do que investir em ações repressivas. Hoje, ela também pode ser contida através da prevenção e da cidadania. Em tempo, o autor sugere que é possível a prefeitura desenvolver políticas que colaborem com a prevenção ao crime, tendo como público alvo as crianças e adolescentes.

De acordo com o *instagram* da Prefeitura de Maringá, a mesma está investindo em cursos para qualificação dos agentes, a prefeitura também disponibiliza armamento para os guardas e a mesma irá investir em câmeras com reconhecimento facial.

2.3 MARINGÁ ELEITA A MELHOR GRANDE CIDADE PARA SE VIVER

A cidade de Maringá é localizada no estado do Paraná e de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) possui aproximadamente 436.472 habitantes. De acordo com a empresa de consultoria Macroplan, nos anos de 2017, 2018 e 2021 recebeu o *status* de “Melhor grande cidade para se viver”. Essa premiação foi amplamente divulgada pelos veículos de notícias, além da revista Exame e no sítio eletrônico da empresa de consultoria.

Bretas (2017), redator da Revista Exame, expôs alguns detalhes dos estudos realizados pela Macroplan sobre a cidade de Maringá, conforme exposto no excerto:

Para chegar a esta conclusão, a consultoria analisou os municípios com mais de 266 mil habitantes em 16 indicadores divididos em quatro áreas distintas: saúde, educação e cultura, segurança e saneamento e sustentabilidade. Os pesos dos indicadores e das áreas que compõem o índice foram divididos da seguinte forma: 35,3% para educação e cultura; 35,3% para saúde; 20,6% para infraestrutura e sustentabilidade e 8,8% para segurança (BRETAS, 2017).

O autor destaca que Maringá apresenta desempenho suficiente em quase todas as áreas de gestão, exceto no que diz respeito à segurança. Segundo o autor, "quando o assunto é segurança, no entanto, a cidade é insuficiente nessa área, Maringá aparece em 39º lugar entre

os 100 maiores municípios do país” (BRETAS, 2017). O autor ressalta que esses números são relativos “a proporção de assassinatos a cada grupo de 100 mil pessoas, por exemplo, é maior do que na cidade de São Paulo, que concentra mais de 12 milhões de habitantes” (BRETAS, 2017). A questão relativa a segurança pode ser influenciado por diversos fatores, incluindo os baixos investimentos por parte da Administração, segundo Fernandes (2013),

A administração pública municipal tem mecanismos principalmente relacionados a parcerias com outras esferas da administração pública e investimentos para atingir a qualidade e as melhorias desejadas para o município, nesse caso, a maior disponibilidade de policiamento em serviço, tende a influenciar diretamente no índice de criminalidade do município (FERNANDES, 2013).

Após o título recebido em 2017, em 2018 Maringá foi reeleita como a “Melhor grande cidade para se viver”. Segundo a revista Macroplan (2021):

O estudo Desafios da Gestão Municipal (DGM) mostrou que as cem cidades mais populosas do país representam 39% da população brasileira, produzem 50% do PIB (Produto Interno Bruto) e respondem por 54% dos empregos formais do país. A região Sudeste é a que concentra a maior parte delas: 49 municípios, sendo 8 deles entre os dez melhores ranqueados (Macroplan, 2021).

Novamente, em 2021, “de acordo com o levantamento da Macroplan 2021, Maringá (PR) é a melhor cidade grande do país”. Adriana Fontes, economista sênior da Macroplan e coordenadora do núcleo de estudos da instituição, alguns fatores foram observados para que a cidade recebesse novamente esse título, conforme exposto no excerto:

O desempenho dos municípios está relacionado a uma série de fatores históricos, socioeconômicos e relacionados à gestão pública. Em geral, a conquista de bons resultados, no médio e longo prazo, está relacionada à continuidade de políticas públicas eficazes, independente dos ciclos políticos e, ainda, de responsabilidade fiscal (Macroplan, 2018).

Maringá foi a primeira colocada no *ranking* do Índice de Desafio de Gestão Municipal (IDGM 2017). A cidade se destacou em saneamento e saúde, e ainda possui o maior IDEB do ensino médio. Conforme publicado no sítio eletrônico da Macroplan (2018) “a taxa de mortalidade infantil está abaixo de 10 por 1000 nascidos vivos, e a 5ª maior cobertura do pré-natal. Mas a cidade possui também o maior IDEB do Ensino Fundamental I, com 7,1 da rede pública”.

Ainda sobre Maringá, a consultora e economista da Macroplan, Adriana Fontes, avalia que em 2018 foi “a cidade que mais avançou neste indicador na última década. E esses avanços parecem ter sido alcançados com melhor uso de recursos, uma vez que a cidade possui o melhor resultado de gasto por aluno do Ensino Fundamental I”.

Já em 2021, após receber o título novamente, de acordo com os especialistas da Macroplan (2021), um dos pontos em que Maringá mais se destacou foi a criação de empregos, conforme trecho “enquanto boa parte do país sofria com a suspensão da atividade econômica, o município vem registrando altas mensais consecutivas na criação de empregos. A cidade entrou em 2021 com quase 900 novos postos de trabalho”. A cidade tem se destacado entre outras edições da pesquisa, conforme ressaltado por Carla Aranha, uma das consultoras da Macroplan:

Na última década, Maringá melhorou sua posição em saneamento e sustentabilidade, área em que saiu do 7º lugar para o 3º entre 2009 e 2019. Nos últimos cinco anos, foram direcionados cerca de 50 milhões de reais para melhorias no sistema de água e esgoto, que atende hoje 100% da população (ARANHA, 2021).

De acordo com o Heiko Hosomi Spitzack, diretor do Núcleo de Sustentabilidade da Fundação Dom Cabral “Os municípios que forem proativos no sentido de criar políticas públicas de sustentabilidade, cada vez mais valorizadas pelas empresas e os cidadãos, estarão bem à frente das outras já no curto e médio prazo” (EXAME, 2021).

Maringá foi fundada em 1947 e planejada com áreas verdes e preservação ambiental, de acordo com Adriana Fontes, economista sênior da Macroplan “O tema da sustentabilidade vem ganhando força e passou a ser um aspecto importante para os investimentos” (Macroplan, 2021). Na Revista Exame, Aranha (2021) ressaltou que Maringá consegue destinar os recursos municipais para áreas prioritárias, o que pode contribuir para o avanço significativo da cidade nesses aspectos.

Maringá ficou em primeiro lugar no ranking geral, de acordo com a o IDGM 2021, na classificação por área, a cidade ficou entre os cinco primeiros colocados na área da Educação, Saúde e Saneamento e Sustentabilidade, porém quando se fala em Segurança, a mesma ficou em quadragésimo segundo colocado, caindo 7 pontos no último ano.

A taxa de homicídios em Maringá variou de 13,1 para 11,1 por 100 mil habitantes entre 2009 e 2019. Nesse último ano, a cidade apresentou uma taxa menor que a média dos 100 maiores municípios do Brasil, ocupando a 31ª melhor posição no ranking. O número de homicídios em Maringá passou de 44, em 2009, para 47, em 2019, uma variação de 6,8% no período. As maiores vítimas de homicídios no município são homens, 93,6% em 2019, brancos, 61,7%, e jovens, 48,9%. Ademais, estima-se que 59,6% dos homicídios no município nesse mesmo ano tenha envolvido o uso de arma de fogo (IDGM, 2021).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As pesquisas são classificadas de acordo com suas características, fazendo uso de métodos e técnicas que melhor lhe proporcionem a apreciação do objeto de estudo. Nesse entendimento, as tipologias escolhidas advêm dos métodos e técnicas apropriadas no sentido que deem condições de se fazer cumprir o objetivo estabelecido e à obtenção do êxito. Gil (2008, p. 8) define Método como “caminho para se chegar a determinado fim”. E o método científico como conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”.

Quanto aos objetivos, está classificada como pesquisa descritiva, que é uma pesquisa onde os fatos são analisados, observados e interpretados, mas não podem ser manipulados pelo pesquisador, o que é complementado por Vergara (1998, p. 45) que expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreva, embora sirva de base para tal explicação.

Para atingir os objetivos propostos, o objeto de estudo foi um estudo de caso único, que para Merriam (1988, p. 9) define como, “o exame de um fenômeno específico, tal como um programa, um acontecimento, uma pessoa, um processo, uma instituição, ou um grupo social”. Quanto ao ambiente da pesquisa, utilizou-se, para esse estudo, a método de Pesquisa de Campo, pois “[...] exige um planejamento geral e um plano específico para a coleta de dados, bem como um relatório escrito das várias etapas da pesquisa, incluindo os resultados obtidos” (ANDRADE, 2010, p.125).

A pesquisa visa compreender como a administração pública municipal de Maringá atuou para alcançar o primeiro lugar em “Melhor grande cidade para se viver” em 2017, 2018 e 2021, segundo a consultoria Macroplan. Se desdobrando em três objetivos específicos, sendo eles: a) Identificar as ações realizadas pela administração pública municipal de Maringá para alcançar esse resultado; b) Identificar como Maringá conseguiu se destacar como uma das cidades com mais geração de emprego durante a pandemia do Covid-19; c) Avaliar qual o nível de satisfação da população municipal de Maringá a respeito dos principais quesitos apontados pela Consultoria Macroplan.

Quanto à abordagem da pesquisa, visando atingir os objetivos propostos, optou-se por uma pesquisa qualitativa, onde será realizada entrevista com o atual prefeito de Maringá, e quantitativa, pois será realizado um questionário com a população de Maringá, com o intuito

de obter dados numéricos. Para Creswell (2007) esse tipo de pesquisa tem como foco “uma técnica de métodos mistos é aquela em que o pesquisador tende a basear as alegações de conhecimento em elementos pragmáticos” (CRESWELL, 2007, P.35).

Ainda sobre pesquisa qualitativa e quantitativa para Fonseca (2002), diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente (FONSECA, J.J.S, 2002, p.20).

Quanto ao método de coleta de dados foi utilizada a entrevista, semiestruturada com o prefeito da cidade de Maringá no ano de 2022, Sr. Ulisses Maia de Jesus Kotsifas. As entrevistas semiestruturadas utilizam um roteiro de questões para orientar o pesquisador durante o momento da entrevista. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 195) “é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”.

O roteiro de entrevista continha onze questões, de natureza subjetiva, que buscavam a compreensão sobre a atuação da gestão nos aspectos avaliados pela consultoria Macroplan. A entrevista foi feita via *e-mail*, onde a pesquisadora disponibilizou o roteiro para o entrevistado e o mesmo retornou com as respostas no dia 11 de fevereiro de 2022.

Com finalidade de apurar a opinião da população quanto à cidade, aplicou-se um questionário através do Google Formulário, com vinte e sete questões objetivas, respondidas por 58 munícipes, onde foi encaminhado para grupos de *WhatsApp* e divulgação em rede social da pesquisadora. Optou por realizar a aplicação de questionário virtualmente devido a pandemia de Covid-19. Como dados secundários, foi avaliado o “Relatório básico de preferências e consumos”, desenvolvido pelo DataMarket e DEPEA no ano de 2021, que coletou a opinião de 752 munícipes da cidade de Maringá.

É importante ressaltar que as informações obtidas através do questionário e do “Relatório básico preferências e consumos” são informações complementares, o mesmo contribuiu para que conseguíssemos um alcance maior número de munícipes e confiabilidade na pesquisa, e que os mesmos são amostras da opinião da população maringaense, ou seja, podem não ser compatíveis com a opinião de todos os munícipes.

Após aplicação do questionário, os dados coletados foram analisados e interpretados, o que para Gil (2002, p. 156) tem por objetivo “organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação”.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Segundo a publicação da revista exame de 9 de fevereiro de 2021, Maringá já foi eleita 3 vezes campeã, sendo duas vezes consecutivas em 2017, 2018 e eleita novamente em 2021 como “Melhor e maior cidade para se viver”, como resultado da pesquisa da consultoria Macroplan. O prefeito reforçou que além do envolvimento da sociedade civil e das exigências da população maringaense, outro ponto que leva Maringá a ser eleita como melhor cidade para se viver é o planejamento que foi realizado antes mesmo da mesma ser o que é hoje, conforme exposto no trecho pelo prefeito:

Desta sociedade é que saem as lideranças que ocupam cargos políticos. E nós políticos somos cobrados porque temos uma população extremamente exigente, que conhece seus direitos e se acostumou a altos índices de qualidade de vida [...] Isso remonta à

gênese de nossa cidade, que foi planejada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, responsável pela urbanização do Norte do Estado. Maringá foi planejada com ruas e avenidas largas, com bosques na zona urbana, com divisão por zonas residenciais, industriais e comerciais (KOTSIFAS, 2022).

De acordo com o DataMarket e DEPEA, 2021 cerca de 59,6% das pessoas que participaram da pesquisa aprovam a gestão pública do município, conforme Gráfico 1.

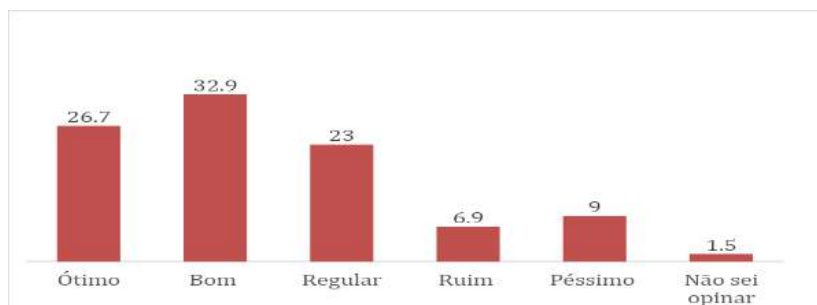


Gráfico 1: Gestão Prefeitura 2020/2021

Fonte: adaptado de Senra e Nogami (2021)

O exposto pelo prefeito, são fatores corroborados por Gonçalves et al (2009, p.7) que afirmam que o município deve servir o público com competência, atendendo as necessidades e contribuindo para gerar melhor qualidade de vida, em todas as áreas, como saúde, cultura, lazer, trabalho, educação e assistência social, transporte.

De acordo com a pesquisa da consultoria, gráfico 1, um ponto positivo que diferenciou Maringá de outras cidades foi a criação de novos empregos, mesmo em um cenário tão desafiador como a pandemia de Covid-19. De acordo com o prefeito existem alguns pontos que levaram este feito, conforme exposto no trecho “É claro que este resultado foi alcançado primordialmente pelo alto nível empreendedor do maringaense, pela força das nossas empresas e empresários e pela pujança da economia local”. Em outro momento, o prefeito informa ainda qual é o papel da prefeitura neste ponto:

Mas, claro, temos uma Prefeitura que investe em ações sustentáveis e no ambiente de negócios. É preciso lembrar aqui que isto só é possível porque desde 2017 Maringá tem um cenário muito positivo na gestão financeira. A governança responsável que implantamos na Prefeitura reflete o compromisso com a transparência e o patrimônio público. Alguns dados positivos incluem o aumento de 135,07% na arrecadação própria, comparando 2021 com 2016. Maringá investiu R\$636 milhões entre 2017 e 2021 e o município tem ainda mais de meio bilhão de reais em saldo financeiro. Sequencialmente, a cidade vem batendo recordes na arrecadação de ISS, inclusive nos meses mais difíceis da pandemia. A receita prevista para 2022 é superior a R\$1,9 bilhão, aumento de 3,64% em relação à receita de 2021 (KOTSIFAS, 2022).

Segundo o DataMarket e DEPEA, 2021, sobre o quesito economia, 9,5% consideram a economia de Maringá como ótima, 42,2% como bom e somente 14,2% acredita que a economia da cidade seja ruim ou péssima, conforme evidenciado no Gráfico 2.

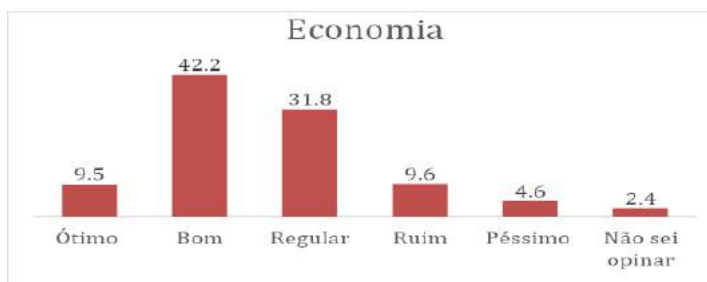


Gráfico 2: Economia

Fonte: adaptado de Senra e Nogami (2021)

Gonçalves *et al.* (2009), comenta sobre a importância da prefeitura frente a economia “o Município é importante propulsor da economia, visto que lhe cabe promover o desenvolvimento local e o fomento econômico, e, para isso, deve ter o princípio da eficiência como um de seus lemas” (GONÇALVES et al., 2009, p. 7).

Com relação aos investimentos em cultura, o atual prefeito acredita que a prefeitura tenha avançado neste quesito, dentro dos limites orçamentários:

Temos avançado muito nesta área. Claro, dentro dos limites que temos em termos de orçamento, fazemos o máximo. Temos a preocupação de incentivar os artistas e os produtores culturais, além de formar um público que tenha interesse em consumir cultura de qualidade. Assim, entre 2017 e 2021, o investimento em editais e eventos que beneficiaram a cultura, produtores e artistas totalizou R\$21.894.387,24 (KOTSIFAS, 2022).

Ainda sobre cultura, foi constatado que 56,9% dos entrevistados acreditam que a prefeitura promove ações suficientes e Souza (2016) expõe que “a cultura é um importante meio de obtenção do conhecimento e mantém estreita relação com a educação. Por isso, ela é uma indispensável política pública”.

Sobre Educação, no ano de 2017, a mesma ficou entre as 5 melhores no quesito educação, e atualmente ocupa a 7ª colocação de acordo com a pesquisa realizada pela Consultoria Macroplan, ao questionar o atual prefeito em 2022, sobre a nota do IDEB que no ano de 2019 foi de 7.2, e em 2017 foi realizada outra entrevista com o mesmo o qual informou que a meta seria alcançar nota 8 em 2018. Assim, visto que a perspectiva não foi alcançada ainda, ao ser questionado sobre essa meta, o prefeito afirmou que:

Estamos fazendo o possível na área da educação. Encontramos muitas dificuldades durante a pandemia, com a necessidade de distanciamento social e aulas remotas. Isso elimina a possibilidade de uma análise mais aprofundada do quadro no momento. Teremos que aguardar o final de 2022, com aulas presenciais, para estudarmos o estágio em que se encontrarão os alunos das escolas públicas e refazeremos nossas metas (KOTSIFAS, 2022).

Conforme o DataMarket e DEPEA, 2021, em relação a Educação do município 60,7% da população classifica a mesma como ótima ou boa e somente 11,3% acredita que a seja ruim ou péssima, conforme evidenciado no Gráfico 4.

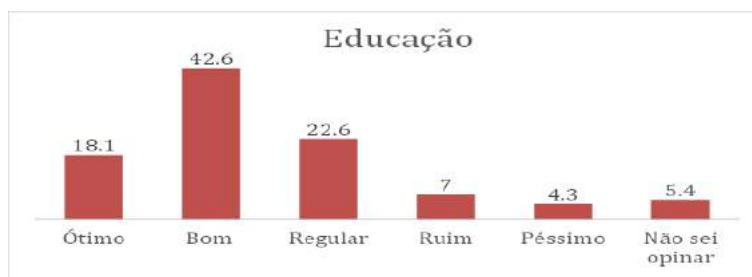


Gráfico 3: Educação

Fonte: adaptado de Senra e Nogami (2021)

Em relação à área de saneamento básico, de acordo com o prefeito, os índices de Maringá estão bons, com exceção dos índices e perdas na distribuição de água e na taxa de cobertura do serviço de coleta de resíduos orgânicos (RDO). De acordo com o prefeito, no que diz respeito a saneamento básico, o mesmo afirmou que:

No Saneamento, nosso sistema de água e esgoto atende hoje praticamente 100% da população; 94% da cidade é atendida por serviços da coleta de resíduos sólidos e tem acesso universal ao saneamento básico. Entre os indicadores, Maringá melhorou nos índices de esgoto tratado, de atendimento total de água e de atendimento total de esgoto. Caímos nos índices e perdas na distribuição de água e na taxa de cobertura do serviço de coleta de RDO (KOTSIFAS, 2022).

De acordo com as respostas obtidas no questionário realizado com a população, 19% informou que não possui coleta seletiva de lixo em seus bairros. Com relação a essa situação e evidenciado pelo prefeito, é corroborado por Oliveira (2017), que declara que o saneamento deve proporcionar e assegurar a saúde e qualidade de vida da população e preservar os recursos naturais. No que diz respeito à preservação dos recursos naturais, o atual prefeito traz situações de melhorias que a prefeitura vem tomando em relação a trocas de árvores condenadas e o plantio de novas árvores, o mesmo afirmou que:

A Secretaria de Limpeza Urbana mantém equipes diariamente nas ruas e avenidas realizando a poda e a retirada de árvores condenadas. Esse trabalho é constante, já que são mais de 140 mil árvores somente nas ruas, avenidas e praças. Nosso Viveiro Municipal fornece as mudas para a substituição das árvores removidas de acordo com as especificações do Plano de Gestão (KOTSIFAS, 2022).

Com relação às árvores de Maringá, foi notado através dos dados obtidos através da pesquisa realizado com pessoas de Maringá, informa que 74,1% da população já ficou sem energia em sua casa por conta de árvores caídas em temporais, 55% informaram que este problema foi resolvido de 0 a 1 dia e 19% que ficou sem energia de 2 a 4 dias, o que ocasiona transtornos muito significativos e desconfortantes a população.

No quesito saúde, Maringá se encontra em 5º lugar de acordo com a pesquisa da Macroplan. Sobre o assunto, o prefeito conclui informando os dados que demonstram o constante desenvolvimento da mesma, conforme exposto no trecho:

Na Saúde também melhorarmos nos quesitos analisados, tanto na Taxa de mortalidade prematura por Doenças Crônicas não Transmissíveis, na Proporção de Nascidos Vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal, na Taxa de Mortalidade Infantil e na Cobertura das equipes de atenção básica. Na época da pesquisa, Maringá tinha cerca de 3 leitos de UTI para 10 mil habitantes, quase 50% a mais do que a média nacional.[...] Sempre buscamos melhorar continuamente. Na conferência municipal de saúde são analisados todos os números e debatidos com toda sociedade civil, esclarecendo as dúvidas de processo e buscando soluções (KOTSIFAS, 2022).

De acordo com o DataMarket e DEPEA, 2021, sobre quesito saúde, 58,2% da população acredita que este serviço seja ótimo ou bom, conforme evidenciado no Gráfico 8. No entanto, vale ressaltar que de acordo com a população, cerca de 28,5% dos respondentes acreditam que a saúde do município é o quesito que mais precisa de melhoria.

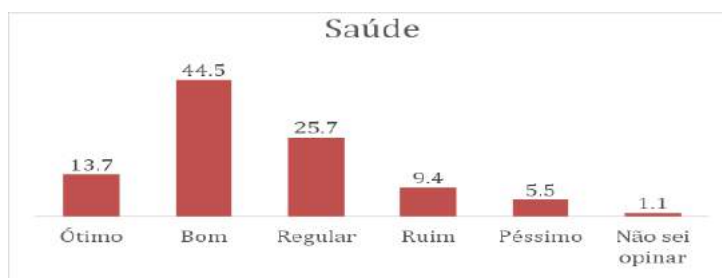


Gráfico 4: Saúde

Fonte: adaptado de Senra e Nogami (2021)

Reiterando as informações trazidas pelo prefeito sobre a saúde do município, Meireles (2016) explana que “A Prefeitura é o principal órgão responsável pela área da saúde. O prefeito e a equipe de gestão dos serviços, pela Secretaria Municipal de Saúde, que são os responsáveis pelas ações e serviços de saúde naquele local”.

Quanto à segurança, este foi um ponto que Maringá, desde 2017, não conseguiu evoluir significativamente de acordo com a pesquisa Macroplan. Sabendo disto, o entrevistado esclarece que “segurança pública não é responsabilidade exclusiva do Município”. Em tempo, o prefeito ainda destaca algumas ações que serão tomadas nos próximos anos, conforme evidenciado a seguir:

Em Maringá, temos a Guarda Municipal, responsável pelo Patrimônio Público e que nos últimos anos vem recebendo atenção especial da administração. Temos a previsão de instalar um novo sistema de monitoramento por câmeras, com reconhecimento de imagens. Adotamos o armamento pela Guarda. Nossos guardas passam por treinamentos constantes visando a melhor qualificação. E, em 2022, temos a previsão da contratação de novos guardas municipais. A Guarda Municipal, em vários momentos trabalha em conjunto com as polícias civil e militar. Aliás, em parceria com o Conselho de Segurança e a sociedade civil organizada, temos dialogado com frequência com o Governo do Estado solicitando melhorias tanto na parte de pessoal quanto de veículos e equipamentos (KOTSIFAS, 2022).

Em relação aos dados trazidos pelo DataMarket e DEPEA, 2021, evidenciado no gráfico 9, 39% da população acredita que a segurança do município seja regular e 37,7% acredita que seja ótimo ou bom.

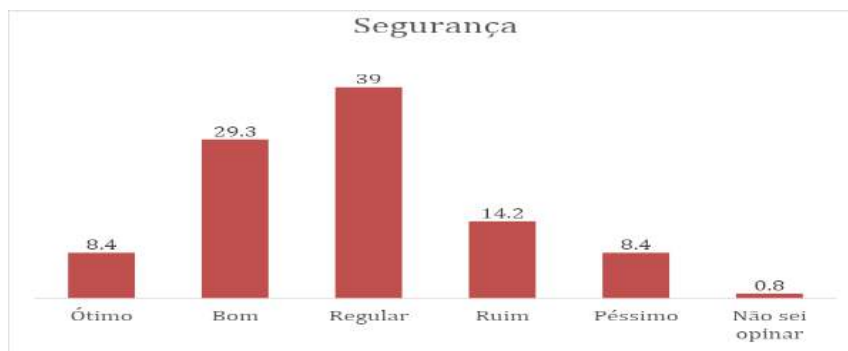


Gráfico 5: Segurança

Fonte: adaptado de Senra e Nogami (2021)

Ainda sobre segurança, de acordo com os dados coletados através da pesquisa com a população, 27,5% informa que o quesito citado é muito bom ou bom, 31% acredita que seja regular e 41,5% acredita que a segurança seja ruim ou péssima, conforme evidenciado no Gráfico 10.

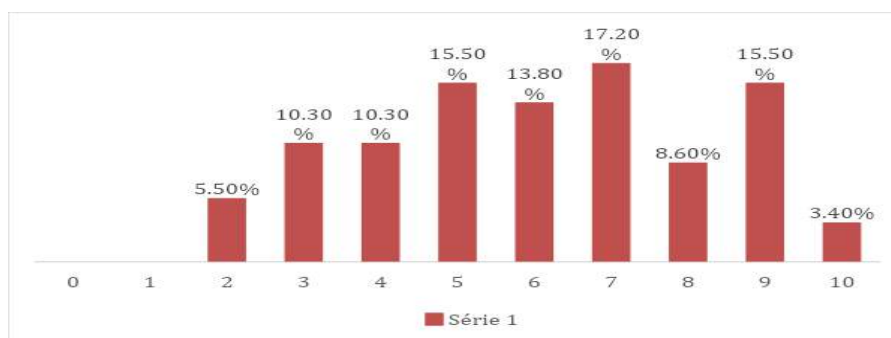


Gráfico 6: Segurança questionário

Fonte: Pesquisa de mercado (2022)

De acordo com o exposto Blume (2016) diz que, a segurança pública é de responsabilidade do governo do estado, cabe aos municípios instituir a guarda municipal. Conforme exposto pelo atual prefeito, a gestão atual pode melhorar ainda mais os índices das áreas básicas para garantir sempre uma melhor qualidade de vida para a população pela qual é responsável e representa.

5 CONCLUSÕES

A administração pública municipal é a responsável direta em promover o desenvolvimento do município e garantir a qualidade de vida de seus moradores. As áreas da saúde, educação e cultura, saneamento e sustentabilidade e segurança são as principais que

devem ter maior atenção da administração, uma vez que todas interferem diretamente na vida das pessoas e no progresso local. Os órgãos públicos municipais estão disponíveis para servir a população e fazer isso de forma efetiva.

Neste estudo buscou-se identificar como a administração pública municipal atuou para que Maringá fosse eleita como “Melhor grande cidade para se viver” no ano de 2017, 2018 e 2020 e a partir dessas informações contribuir para que outros municípios brasileiros também possam melhorar seu desempenho quanto às áreas aqui elencadas e discutidas.

Maringá vem sendo eleita como melhor cidade para se viver por inúmeros fatores, sendo eles, participação ativa da comunidade sobre as decisões da atual gestão, a cidade possui caixa (reserva financeira) então a mesma consegue desenvolver e promover ações que contribua com as necessidades da população. Maringá foi destaque na geração de empregos, mesmo em um cenário tão incerto quanto o da pandemia, pela mesma ter sido planejada quando foi criada conseguindo trazer qualidade de vida para seus moradores, com áreas verdes e espaço para área industrial, gerando assim mais empregos. De acordo com o relatório 59,6% das pessoas que participaram da pesquisa consideram a gestão pública do município como positiva

Em se tratando de saúde, o município é responsável por assegurar o atendimento adequado nos hospitais que gerencia, unidades de pronto atendimento e unidades básicas de saúde. Kotsifas (2022) expõe dados que demonstram constantes evoluções no desenvolvimento da mesma e, atualmente, Maringá possui 3 leitos de UTI para 10 mil habitantes, quase 50% a mais que a média nacional. De acordo com o DataMarket e DEPEA, 2021, sobre quesito saúde, 58,2% da população acredita que este serviço seja ótimo ou bom, porém vale ressaltar ainda, sobre o tema, que 28,5% acredita que a saúde do município é o quesito que mais precisa de melhoria, quando comparado com educação, transito, mercado de trabalho, segurança, economia e outros.

Quanto à educação e cultura, na área da educação o município é responsável por garantir o ensino infantil e fundamental. O prefeito acredita que estão fazendo o possível para melhorar e alcançar melhores posições no ranking. O mesmo informa que devido a pandemia, encontraram bastante dificuldade para desenvolver a educação e que a pandemia elimina a possibilidade de uma análise mais aprofundada deste quadro no momento, e que se faz necessário aguardar o retorno das aulas presenciais para verificar os estágios que os alunos se encontram em relação ao ensino e após isto será refazerem as metas.

Em relação à cultura, o município é o principal agente de fomento à criação, exposição e acesso à cultura. Segundo Kotsifas (2022), foi possível fazer um grande avanço nesse quesito e que o mesmo tem a preocupação de incentivar os artistas, de acordo com o questionário realizado com a população 56,9% acredita que prefeitura promove ações suficientes.

A área do saneamento e sustentabilidade abrange vários aspectos, alguns deles são o sistema de esgoto, acesso à água tratada, coleta de lixo, limpeza das vias públicas, arborização, dentre outros. Em Maringá, o prefeito apontou apenas três problemas atuais nessa área, sendo eles: os índices e perdas na distribuição de água, taxa de cobertura do serviço de coleta de resíduos orgânicos e troca de árvores condenadas e plantio de novas árvores. O Viveiro Municipal fornece mudas para a substituição das árvores removidas de acordo com as especificações do Plano de Gestão. De acordo com o questionário 74,1% da população já ficou sem energia em sua casa por conta de árvores caídas em temporais.

A única área que obteve resultado insatisfatório na pesquisa da Macroplan foi a da segurança. Em entrevista, o Kotsifas (2022) esclarece que “segurança pública não é responsabilidade exclusiva do Município”, a prefeitura possui a guarda municipal, que é responsável pelo patrimônio público e que nos últimos anos vem recebendo atenção especial da administração, com previsão de instalação de câmeras com reconhecimento de imagens e foi adotado armamento pela guarda e que os mesmos passam por constante treinamento visando

a melhor qualidade, e que a previsão para contratação de novos guardas. Em relação aos dados trazidos pelo DataMarket e DEPEA, 2021, 39% da população acredita que a segurança do município seja regular e 37,7% acredita que seja ótimo ou bom. Ainda sobre segurança, de acordo com os dados coletados através da pesquisa com a população, 27,5% informa que o quesito citado é ótimo ou bom, 31% acredita que seja regular e 41,5% acredita que a segurança seja ruim ou péssima.

Como limitação da pesquisa temos a entrevista com o prefeito, que devido a pandemia do Covid- 19 e a agenda do mesmo não pode ser realizada presencialmente, isto limitou o aprofundamento de algumas questões que poderiam ter sido melhor desenvolvidas devido a alguns incentivos do pesquisador.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. de. Introdução à metodologia do trabalho científico: de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010

ANDRADE, N. A. *et al.* Planejamento Governamental para Municípios. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ARANHA, C. Emprego e qualidade de vida: as 100 melhores cidades para se viver no Brasil. **Macroplan**, 2021. Disponível em: <https://www.macroplan.com.br/emprego-e-qualidade-de-vida-as-100-melhores-cidades-para-se-viver-no-brasil/>. Acesso em: 10 de out. 2021

_____. Emprego e qualidade de vida: as 100 melhores cidades para se viver no Brasil. **Revista Exame**. Disponível em: <https://exame.com/brasil/emprego-e-qualidade-de-vida-as-100-melhores-cidades-para-se-viver-no-brasil/>. Acesso em: 02 out. 2021.

BLUME, B. A. O que cobrar do seu prefeito em 6 questões importantes. **Politize**, 2016. Disponível em: <http://www.politize.com.br/o-que-cobrar-do-seu-prefeito/>. Acesso em: 03 out. 2021.

_____. Educação, o que é responsabilidade do município? **Politize**, 2016. Disponível em: <http://www.politize.com.br/educacao-no-municipio/>. Acesso em: 03 out. 2021

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 13. ed. Brasília: UnB, 2009.

BRASIL. O SUS no seu município Garantindo saúde para todos. **Ministério da Saúde**, 1. ed. Brasília, 2004. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_sus.pdf. Acesso em: 02 out. 2021.

_____. **Decreto Lei nº 14.445 de 05 de janeiro de 2007**: estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/L11445compilado.htm. Acesso em: 05 de jan. 2022.

_____. **Lei do Saneamento Básico garante direitos aos usuários de serviços de água e esgoto**. 2012. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/04/lei-do-saneamento-basico-garante-direitos-aos-usuarios-de-servicos-de-agua-e-esgoto>. Acesso em 04 out. 2021.

BRETAS, V. As melhores e piores 100 grandes cidades do Brasil. **Revista Exame**, 2017. Disponível em <<https://exame.com/brasil/o-ranking-do-servico-publico-nas-100-maiores-cidades-do-brasil/>>. Acesso em: 04 out. 2021.

CRESWELL, J. W. Projeto de Pesquisa. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2007.

Desafios da Gestão Municipal, **Análise comparativa da evolução dos 100 maiores municípios brasileiros**, 2021. Disponível em: https://desafiosdosmunicipios.com.br/ranking_inicio.php. Acesso em: 15 dez. 2021.

FERNANDES, O. A. T. **Gestão Pública Municipal**: os desafios do século XX. Fundação Educacional do Município de Assis, Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis Campus “Jose Santilli Sobrinho”, 2013, Disponível em: <https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/1011260016.pdf>. Acesso em 2 out. 2021.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

- GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. São Paulo: **Atlas**, 2008.
- GONÇALVES, E. P. Iniciação à pesquisa científica. Campinas, SP: **Editora Alínea**, 2001.
- GONÇALVES, M. F. R. *et al.* Manual do Prefeito. 13. ed. Rio de Janeiro: **IBAM**, 2009.
- GOULART, F. A. de A.; REZENDE, Z. A Saúde e o Município. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 4, n.4, p 407-413, out/dez. 1988
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidades e Estados**, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/maringa.html>. Acesso em 9 Dez. 2021.
- MACROPLAN, **Desafios da Gestão Municipal**, 2017. Disponível em: <http://macroplanconsultoria.com.br/Documentos/EstudoMacroplan201733133121.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.
- _____. 100 melhores cidades do Brasil. **Macroplan**, 2018. Disponível em: <https://www.macroplan.com.br/100-melhores-cidades-do-brasil/>. Acesso em: 10 de out. 2021.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos da Metodologia Científica. 5. ed. São Paulo: **Atlas**, 2003.
- MATIAS-PEREIRA, J. Manual de Gestão Pública Contemporânea. 4. ed. São Paulo: **Atlas**, 2012.
- MEIRELLES, H. L. Direito Administrativo Brasileiro. 37. ed. São Paulo: **Malheiros**, 2011.
- MEIRELES, C. Saúde, qual a responsabilidade do município? **Politize**. 2016. Disponível em: <http://www.politize.com.br/saude-municipio-qual-a-responsabilidade/>. Acesso em: 05 out. 2021.
- MORIN, E. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. 21 ed. Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil**, 2014.
- OLIVEIRA, M. B. O. Saneamento, o que é o básico? **Politize**, 2017. Disponível em: <http://www.politize.com.br/saneamento-basico/>. Acesso em 03 out. 2021.
- PALUDO, A. Administração Pública para Auditor Fiscal da Receita Federal e Auditor Fiscal do Trabalho. Rio de Janeiro: **Elsevier**, 2012.
- Prefeitura Municipal de Maringá, 2022. Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br/site/>. Acesso em 05 de maio. 2022.
- RICARDO, C. M. R.; CARUSO, H. G. C. Segurança Pública: um desafio para os municípios brasileiros. **Revista de Segurança Pública**. São Paulo v.1, n.1, p 102-119, 2007. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/10/7>. Acesso em 03 de fev. 2022.
- SENSA, K. B.; NOGAMI, V. K. da C. **Relatório Básico Preferências e Consumos**. Maringá, 2021. Disponível em: <https://www.datamarketinteligencia.com.br/>. Acesso em: 15 de mar. 2022.
- SOUZA, I. Cultura, qual a responsabilidade do município?. **Politize**, 2016. Disponível em <http://www.politize.com.br/cultura-qual-a-responsabilidade-do-municipio/>. Acesso em 03 out. 2021.
- _____. Segurança Pública, o que é responsabilidade do município?. **Politize**, 2016. Disponível em: <http://www.politize.com.br/seguranca-publica-no-municipio/>. Acesso em: 03 out. 2021.
- VELOSO, J. F. A. Gestão municipal no Brasil: um retrato das prefeituras. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2011.
- VERGARA, S. C. Projeto e Relatórios de Pesquisa em Administração. 2. ed. São Paulo: **Atlas**, 1998.
- WALDO, D. O Estudo da Administração Pública. 2. ed. Rio de Janeiro: **Fundação Getúlio Vargas (FGV)**, 1971.